

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

Antonio Carlos da Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

Antonio Carlos da Silva
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciência política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Antonio Carlos da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo / Organizador Antonio Carlos da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-474-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.747212009>

1. Ciência política. I. Silva, Antonio Carlos da (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

No século XXI as forças do capital já não estão viradas para conquistas territoriais como tem sido dito. Que fariam elas com zonas econômicas de terra queimada e populações supérfluas?

KURZ, Robert. Poder mundial e dinheiro mundial: Crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2015, p. 113.

Tal constatação não omite o prevalecer do processo de imperialismo no atual “campo”¹ histórico da modernidade, pelo contrário, enfatiza que sob a crise estrutural do capital, o que conhecíamos como zonas de influência nacionais, na qual os “impérios” buscavam ampliar as fontes de geração de riqueza e cadeia de valor, tornaram-se sinais de alerta para tentar minimizar as contradições presentes no desenvolvimento irracional da globalização do capital e das feições do Estado no capitalismo.

A política, neste contexto, exige uma crítica teórica que apreenda com a reconstrução histórica e possa ser formulada radicalmente. O compromisso com a emancipação, que não coaduna com o mito fáustico do Progresso e tampouco do crescimento econômico ilimitado, encontra na estatalidade e sua relação com as categorias-chave do moderno sistema produtor de mercadorias um espaço aberto para “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2020) e propor um devir que suplante a dependência unilateral com os limites de viabilidade do radicalismo do mercado e do imperialismo da economia.

Esse é o objetivo primacial desta coletânea intitulada “Ciência Política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo”. A diversidade é uma premissa inconteste neste volume, pois reúne em seus treze capítulos um leque interdisciplinar capaz de abordar criticamente os problemas estruturais sistêmicos e resgatar a relevância da dissociação do valor presente no tripé masculino, branco e ocidental que alimentam as contradições existentes e ampliam a condição de precariedade daquela parte da sociedade dos sem parte que lutam por direitos a ter direitos (RANCIÈRE, 2014).

Não obstante, os/as autores/ras confirmam a tese benjaminiana de que todo documento de cultura é, em essência, um documento de barbárie, pois à luz da falta de autonomia da esfera pública e, por conseguinte, do primado da liberdade política (consoante Hannah Arendt), questões étnico-raciais, de gênero e territorialidade estão no âmago de um sistema no qual o nível civilizatório se apresenta com índices cada vez mais alarmantes de miséria, desemprego, violências sobrepostas (Cavalcanti, 2018), crises energéticas, ecológicas, educacionais e pandêmicas.

Cientes e conscientes da importância da divulgação científica, em especial nesses tempos obscuros em que a necropolítica tornou-se regra, encontramos na Atena uma

¹ Aqui entendido como o moderno sistema produtor de mercadorias, no qual o sujeito histórico é metamorfoseado em predicado consumidor em uma sociedade na qual o trabalho abstrato cria cotidianamente mais valor, mais dinheiro. Neste contexto, o indivíduo e a natureza são tratados como processos de utilização empresarial para valorização ou, parafraseando Kurz (2020), economização abstrata do mundo.

editora comprometida com a divulgação, por meio de uma plataforma consolidada e confiável, dos contributos destes pesquisadores/investigadoras que acreditam que a busca pela compreensão dos fenômenos que nos cercam são o que distinguem os seres humanos de mercadorias.

Antonio Carlos da Silva

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. Edição Crítica. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violências sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel (org.). **Violência doméstica e de gênero: uma abordagem multidisciplinar**. Lisboa: Pactor, 2018, pp. 97-121.

KURZ, Robert. **A democracia devora os seus filhos**. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2020.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DEMOCRACIA DE MERCADO: A MENTE (TOTALITÁRIA) APRISIONA Antonio Carlos da Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120091	
CAPÍTULO 2	15
A CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA: REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL, DESEMPREGO E RECESSÃO Gustavo Perez Pereira Andrade  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120092	
CAPÍTULO 3	23
LOS PROBLEMAS DE LA DEMOCRACIA ACTUAL: LA PERSISTENCIA DE LAS “FALSAS PROMESAS” Y EL <i>PODER INVISIBLE</i> Héctor Zamitiz Gamboa  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120093	
CAPÍTULO 4	35
TUVALUANOS DESASSISTIDOS GLOBALMENTE EM FACE DA MUDANÇA CLIMÁTICA: DOCUMENTOS OFICIAIS, DIREITOS HUMANOS E O “NÃO FUTURO”? Patricia Benedita Aparecida Braga Fabio Lanza  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120094	
CAPÍTULO 5	51
CIDADANIA AMBIENTAL: LIBERALISMO, COSMOPOLITISMO E SUSTENTABILIDADE Cristiano Luis Lenzi  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120095	
CAPÍTULO 6	73
A CORTE INTER-AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL Bruna Ferrari Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120096	
CAPÍTULO 7	82
A GEOPOLÍTICA DO BRASIL PARA A ÁFRICA: UMA VISÃO SOB A PERSPECTIVA DA INDÚSTRIA DE DEFESA BRASILEIRA Rafael Farias  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120097	
CAPÍTULO 8	96
EDUCAÇÃO NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL AO GIRO DECOLONIAL Elaine Cristina da Silva Zanesco	

Carlos Roberto da Silveira
Clayton Roberto Messias
Solange Maria de Oliveira Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120098>

CAPÍTULO 9..... 108

EL DIÁLOGO Y LA UNIVERSIDAD EN LA TEORÍA DE ALASDAIR MACINTYRE

Mauro Javier Saiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120099>

CAPÍTULO 10..... 121

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E DO SISTEMA PARTIDÁRIO

Cristiane Silva

Romualdo Theophanes de França Júnior

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200910>

CAPÍTULO 11 134

MARX E POLANYI. CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Edgard Malagodi

Cynthia Xavier Carvalho

Arlide Franco Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200911>

CAPÍTULO 12..... 148

COMISIÓN PASTORAL DE LA TIERRA Y SU ACTUACIÓN PARA IMPULSAR POLÍTICAS PÚBLICAS CON EL FIN DE REDUCIR LA CONDICIÓN ANÁLOGA A LA ESCLAVITUD DEL TRABAJADOR RURAL EN BRASIL

Luiz Augusto Silva Ventura do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200912>

CAPÍTULO 13..... 166

POLÍTICAS PÚBLICAS E DISFAGIA

Haroldo da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200913>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 181

ÍNDICE REMISSIVO..... 182

A GEOPOLÍTICA DO BRASIL PARA A ÁFRICA: UMA VISÃO SOB A PERSPECTIVA DA INDÚSTRIA DE DEFESA BRASILEIRA

Data de aceite: 01/09/2021

Rafael Farias

Tenente-Coronel do Exército Brasileiro, mestre em ciências militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)

RESUMO: Os geopolíticos Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro ressaltaram a necessidade de uma maior projeção do Brasil no Atlântico Sul e na África. A partir dos anos de 1960, houve um expressivo aumento nas relações do Brasil com os países desta região do mundo. O presente trabalho tem por objetivo analisar como a indústria de defesa brasileira contribuiu para este processo. A metodologia empregada para isso será a revisão bibliográfica das teses dos geopolíticos em tela e da política externa brasileira a partir dos governos militares, cujo resultado procurará ressaltar de que forma a indústria de defesa nacional pôde contribuir para a geopolítica brasileira para a África.

PALAVRAS-CHAVE: Geopolítica brasileira; África; Indústria de Defesa Nacional.

BRAZIL'S GEOPOLITICS TOWARDS AFRICA: A VIEW FROM THE PERSPECTIVE OF THE BRAZILIAN DEFENSE INDUSTRY

ABSTRACT: The geopoliticians Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, and Therezinha de Castro stressed the need for a greater projection of Brazil in the South Atlantic and

Africa. From the 1960s on, there was a significant increase in Brazil's relations with countries in this region of the world. This paper aims to analyze how the Brazilian defense industry has contributed to this process. The methodology employed for this purpose will be a bibliographic review of the theses of the geopoliticians in question, and of Brazilian foreign policy since the military governments, whose result will seek to highlight how the national defense industry could contribute to Brazilian geopolitics towards Africa.

KEYWORDS: Brazilian Geopolitics; Africa; National Defense Industry.

1 | INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, teóricos do que viria a ser consagrada com a Escola Brasileira de Geopolítica, iniciada com a obra “Projeção internacional do Brasil, de Mário Travassos, começam a pensar a projeção do Brasil no Atlântico Sul e no seu entorno estratégico. Geopolíticos como Carlos de Meira Mattos, Golbery do Couto e Silva e Therezinha de Castro ressaltaram a importância de uma presença mais efetiva brasileira junto aos países limítrofes ao sul do oceano atlântico, em especial o oeste do continente africano. Tal preocupação passou a nortear a política externa brasileira a partir da década de 1960 e, sobretudo, foi ratificada pela Política Nacional de Defesa, que define “como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da

costa ocidental africana e a Antártica” (BRASIL, 2020a).

Em “África: Geohistória, geopolítica e relações internacionais”, Castro (1981) salientara que o Brasil se encontra bem-posicionado em termos geográficos, étnicos e culturais, tendo muito para exercer papel importante no mundo africano. Para a autora, se a África perdeu, no passado, uma boa parte de seus habitantes, que ajudaram com o seu trabalho e seu sangue a criar o Brasil, os brasileiros cooperaram e cooperaram para reerguer a África. A presença negra na formação étnica e cultural de nosso país é dos fatores que mais fortemente impulsionam a abertura do Brasil para a África e da África para o Brasil (CASTRO, 1981).

Nos anos de 1970, a política externa dos governos militares, voltada para diversas áreas do globo, incluía como um dos seus principais eixos a África. A indústria de defesa foi uma das formas de inserção no continente negro, o que viria a contribuir para que na década de 1980 o Brasil se tornasse o 10º maior exportador de armamentos do mundo.

A partir do mandato de Emílio Médici (1969-1974) até o de José Sarney (1985-1989) houve um aumento quantitativo e qualitativo das exportações de armamentos. A indústria de defesa do Brasil passou a comercializar com países da América Latina, do norte da África e do Oriente Médio aviões e carros de combate, armamentos leves – fuzis e pistolas – mísseis e veículos lançadores de foguetes (VISENTINI, 2004)

A nascente indústria de defesa brasileira, que se consolidaria como a 10ª maior do mundo na década de 1980, firmou diversos contratos para a venda de armamentos tanto com países do Maghreb, quanto da África subsaariana. Os equipamentos brasileiros mostraram-se eficientes para o combate em território africano, estabelecendo cooperações bilaterais militares, em uma relação benéfica para ambos os países, ensejando o fortalecimento da cooperação Sul-Sul

O escopo deste artigo é analisar em que medida a indústria de defesa do Brasil contribuiu para a inserção no continente africano, à luz do que fora conceituado pela escola brasileira de geopolítica. Mereceu destaque uma discussão teórica dos pressupostos de Meira Mattos, Golbery e Therezinha de Castro, que influenciaram, a partir dos anos de 1960, a política externa brasileira, cuja assertividade residia primordialmente/precipuamente em uma indústria de defesa capaz de produzir mais de 80% do seu material bélico. Em seguida, discorre-se acerca das cooperações de defesa do Brasil firmadas com países africanos e da importância para a consolidação de uma política externa autônoma durante os governos militares.

2 | OS GEOPOLÍTICOS BRASILEIROS E A ÁFRICA

Os geopolíticos brasileiros sempre tiveram por objeto de seus estudos a África. Todos eles, com inspirações e motivações particulares em virtude do contexto histórico-político-social interno e externo no qual viveram, estabeleceram distintas correlações

geopolíticas entre o Brasil e a África. Consoante o General Meira Mattos (2011), a costa marítima brasileira, com um saliente projetado na direção da África, permite estabelecer uma “ponte estratégica” Natal-Dacar. Assim, a ocupação da França pela Alemanha nazista na 2ª Guerra Mundial representava uma ameaça para o Brasil, tendo em vista a possibilidade de uma concentração estratégica na então África Ocidental Francesa, conforme pode ser verificado na Figura 1.

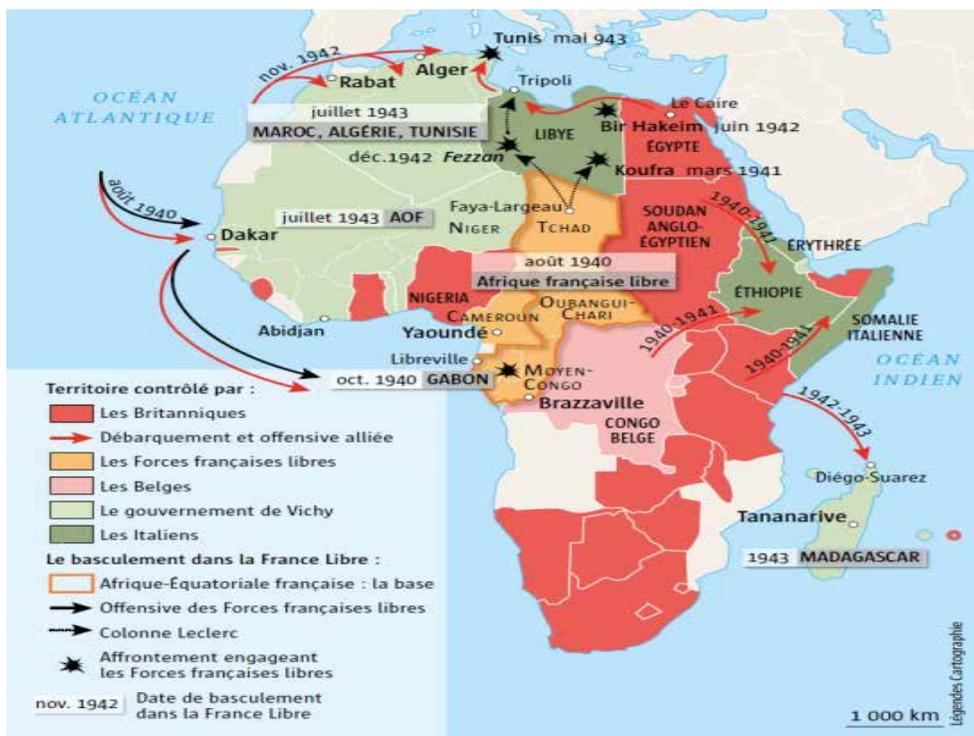


Figura 1- A África Ocidental Francesa de Vichy.

Fonte: (L'HISTOIRE, 2018).

Tal proximidade, tornada ainda maior a partir da instalação do governo de Vichy, permite ponderar que a possibilidade de a Guerra vir ao território nacional era iminente. Como reflexo desta especificidade geográfica que projeta naturalmente em direção à África e instrumento de dissuasão, foi desdobrada uma importante base de apoio logístico no nordeste brasileiro para as operações aliadas no teatro de operações do norte daquele continente e na Europa. Ademais, o país foi a Guerra, enviando mais de 25.000 militares com a Força Expedicionária Brasileira.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, enquanto se desmoronava o colonialismo clássico na África, iniciava o Brasil a sua caminhada para a fase desenvolvimentista (CASTRO, 1981). Após o término do conflito, o país passou a experimentar um

desenvolvimento econômico mais acelerado, com o início da industrialização e o incremento do comércio exterior. Para Penha, “a percepção da vulnerabilidade estratégica e econômica do Brasil, contudo, levou muitos analistas a projetarem uma geopolítica brasileira para o Atlântico Sul” (2011, p. 90). A vulnerabilidade ficou clara durante a guerra e a segurança da via marítima passou, então, a ser prioridade. Foi nesse contexto de desenvolvimento da maritimidade, com uma reflexão mais acurada sobre o espaço marítimo como um todo, sobre sua importância econômica e das comunicações, que as teorias geopolíticas envolveram o continente africano. Destarte, Castro (1981) salienta que os fatores geopolíticos e geohistóricos colocavam frente a frente o Brasil e a África.

Mediante uma análise referente à projeção da costa litorânea brasileira, a qual atinge o Caribe, as ilhas portuguesas e espanholas do Atlântico ao Sul do paralelo de Gibraltar e toda a vertente atlântica da África, Mattos (2011) concluiu que tal oceano permite ao uma articulação direta com cerca de 50 países e uma articulação indireta com o resto do planeta. Ainda de acordo com Mattos (2011), o novo panorama geopolítico que se apresentava para o Brasil no final da década de 1950 passaria a gravitar em torno do Atlântico Sul, sobretudo com o processo de descolonização dos países africanos. Nesse sentido, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em mensagem ao Congresso Nacional em 1959, afirmara que: “A crescente importância que vêm assumindo, no campo internacional, os países da África e da Ásia, em luta pela independência e pela melhoria do nível de vida, é fato dos mais significativos do século” (CASTRO, 1981, p. 221).

Ainda com relação à projeção no Atlântico Sul, o General Golbery do Couto e Silva, mediante “Geopolítica e Poder”, concebeu a “tese dos hemisférios”, espaços de segurança hemisférica, próximos e afastados do Brasil, determinando, em cada faixa, os níveis de capacidade de defesa e de prováveis origens de ameaças, conforme é apresentado na figura 2:

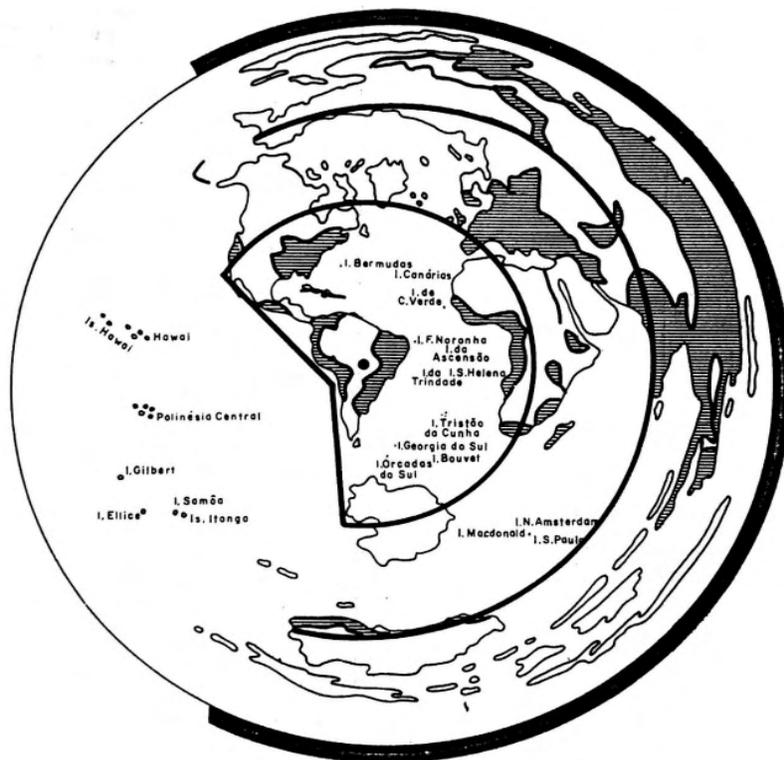


Figura 2- Os hemicíclios interior e exterior.

Fonte: (COUTO E SILVA, 2003).

Para o geopolítico, o estudo do potencial demográfico econômico e militar destas regiões permitiu concluir que o hemicíclio interior baliza a fronteira de segurança da América do Sul. Couto e Silva (2003) ressalta que as ameaças seriam originárias do hemicíclio exterior, que englobava a Europa, a porção oriental da África, a Índia, a Austrália e a Ásia, de onde provinha a grande ameaça da época, o movimento comunista do eixo Moscou-Pequim. Para Couto e Silva (2003), a África não representava ameaça ao Brasil; contudo, era um espaço objeto de cuidados redobrados no chamado exercício da “contenção” do inimigo, que poderia dominar as comunicações vitais do Atlântico centro-meridional e que deveria merecer maior atenção política por parte do governo brasileiro, em termos de segurança mútua. Destarte, de forma a assegurar a defesa de sua área mais avançada (ameaça do hemicíclio exterior) caberia ao Brasil intervir na África adotando a denominada “geopolítica da paz”, caracterizada pela colaboração com o mundo subdesenvolvido de aquém e além-mar. Dessa forma, Couto e Silva (2003) converge com Mattos (2011), ao afirmar que o “*Continente Negro*”, seria a continuação da própria fronteira brasileira (a “fronteira oriental”, materializada no saliente nordestino).

Destarte, a importância da África fora evidenciada pelos geopolíticos brasileiros

como reflexo dos desdobramentos para o Brasil no seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial. A “ponte estratégica” Natal-Dacar, que se mostrou uma possibilidade até mesmo de ameaça para o país após a ocupação nazista da França, viria a se somar aos hemisférios de Couto e Silva (2003), gerando o arcabouço teórico para o início da política externa africana no fim dos anos de 1950.

3 I A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL PARA A ÁFRICA

Castro (1981) dividiu a política externa do Brasil para a África em três fases. A primeira delas, iniciada no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi pouco expressiva por conta do compromisso sentimental com Portugal, alternando votações do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) com as potências colonialistas ou abstenções. Em 1961, ainda que Jânio Quadros tenha mandado constituir um grupo de trabalho visando a preparação de representações diplomáticas nos novos países africanos, as diretrizes ainda oscilavam com vistas às Relações Internacionais.

O adensamento das relações diplomáticas do Brasil com a África viria a ocorrer somente durante os governos militares. Visentini (2004) define que durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) começou a se estruturar o que posteriormente seria classificada como a política africana do Brasil, época que Castro (1981) define como a terceira fase da política externa brasileira para o continente. Em 1972, vários países da África Ocidental foram visitados pelo Chanceler Mário Gibson Barbosa; seguiam-se lhe uma missão comercial aos mesmos países — Costa do Marfim, Senegal, Ghana, Togo, Benin, Zaire, Gabão, Camarões e Nigéria (CASTRO, 1981)

Na seleção dos países, predominou o critério com base na geo-história. Repartindo conosco a zona de estrangulamento do Atlântico, esses países tiveram, no passado, os maiores contatos com o Brasil, quer pelo fornecimento de colonos negros, quer pelo recebimento de seus descendentes. O fluxo e refluxo cultural do passado nos levou aos objetivos econômicos do presente. (CASTRO, 1981).

Iniciada com o presidente Médici, foi a partir do governo Ernesto Geisel que a presença do Brasil no continente negro ocorreu de forma mais assertiva, no que Castro (1981) definiu como a ofensiva diplomática na África, a partir de 1974. A posição ideológica brasileira na época era contrária à de alguns países africanos, o que levou o Chanceler Antônio Azeredo da Silveira a traçar novos rumos. O Brasil manteria seu compromisso de fidelidade ao Ocidente, mas, na busca de novos mercados, embora reconhecendo alguns países africanos, isso não queria dizer que se alinhava a suas posições ideológicas (CASTRO, 1981).

Castro (1981) assinala que a política africana se enquadrava nos condicionamentos políticos criados pelo momento histórico num jogo com os diferentes centros de poder. Nesse diapasão, Visentini (2004), ao analisar a busca de parcerias por parte da gestão

Geisel – Chanceler Azeredo, define os grupos de países a estabelecer cooperações com o Brasil: *i)* Europa e Japão como alternativas aos EUA; *ii)* potências médias, como certos países árabes; e *iii)* potências países de menor desenvolvimento relativo, com diversos países da África, com vistas ao intercâmbio comercial, mais precisamente mercado de manufaturados e transferência de tecnologia e know-how.

A política externa dos governos militares em relação à África caracterizou-se pelo pragmatismo. Nesse sentido, Castro (1981) destaca que o Brasil se tornava um dos primeiros países a reconhecer o governo marxista de Agostinho Neto em Angola (1975), em uma decisão que Visentini (2004) definiu como habilmente calculada pela diplomacia brasileira. Chegou-se à conclusão de que, por meio do apoio soviético, o MPLA tinha mais chance de vencer a disputa pelo poder. Assim, Visentini (2004) destaca que Angola era um dos países mais interessantes para o tipo de relacionamento que o Brasil buscava. Sua riqueza em petróleo, minério de ferro e diamantes, e a língua comum, permitiria e facilitaria o intercâmbio comercial, técnico e de *know-how*. Igualmente, seria uma decisão simpática a Moçambique, cujas relações com o Brasil estavam estremecidas. Por ocasião da independência, conquistada em 1975, os dirigentes da FRELIMO não convidaram as autoridades brasileiras, por julgar que houve omissão em relação à sua independência (VISENTINI, 2004). Posteriormente, já na gestão do chanceler Saraiva Guerreiro, sob a presidência de João Batista Figueiredo (1979-1985), a diplomacia brasileira repetiria o acerto em relação à Angola, reconhecendo imediatamente a independência do Zimbábue em abril de 1980, sendo o Brasil a única nação sul-americana convidada para assistir ao evento (CASTRO, 1981).

Dada a prioridade concedida à América Latina e à África, o Ministro das Relações, Mário Gibson Alves Barboza, afirmou em sua biografia, que não havia visitado a Europa – exceto Portugal, que havia recebido o presidente Médici (VISENTINI, 2004). Castro (1981) ressalta que o Brasil foi até a África em busca de novos mercados semelhantes aos nossos, abertos nessa “nossa fronteira além Atlântico”, como definiu o Presidente Ernesto Geisel. Assim, em 1972 era de 150 milhões de dólares o volume de nossos negócios com a África; no ano seguinte atingiu a cifra de 350 milhões de dólares, chegando, em 1974, a 1 bilhão e 114 milhões de dólares (CASTRO, 1981). Já para Visentini (2004) a África era importante no projeto de desenvolvimento brasileiro, uma vez que quase todos os seus países se encaixavam na categoria de menor desenvolvimento relativo. Esses países permitiriam a inserção dos manufaturados brasileiros, e asseguravam ao Brasil matérias-primas e produtos primários.

A política externa do Brasil para a África, portanto, é reflexo de um processo iniciado com o presidente Juscelino Kubitschek, mas que somente vicejou durante os governos militares. Cervo e Bueno (2015) ressaltam que o projeto de desenvolvimento, que norteou a política externa desde 1967, foi estabelecido em três fases: *i)* consolidação da indústria de transformação (Costa e Silva e Médici), implementada com apoio do capital transnacional;

ii) consolidação da indústria de base (Geisel), mediante o suporte do capital monopolista do Estado; *iii*) implantação de tecnologias de ponta (Figueiredo e Sarney), obtida por meio da associação do Estado à empresa privada nacional. Outrossim, o “ciclo africano” e os superávits que propiciou à economia brasileira são reflexo de uma indústria solidamente estruturada, mediante a continuidade de projetos nacionais.

4 I A INDÚSTRIA DE DEFESA DO BRASIL E A EXPANSÃO PARA A ÁFRICA

Consoante com a importância do potencial econômico para um Estado, a indústria de defesa pode ser considerada um instrumento de pressão diplomática, vicejando a condução de uma política externa mais assertiva. Sobre esse aspecto, Visentini (2004) ressalta que no governo do presidente Geisel foi conduzida uma política externa mais ousada, representando a forma mais desenvolvida do paradigma da diplomacia do regime militar brasileiro. A originalidade do pragmatismo responsável situa-se no fato dele respaldar uma política de autonomização econômica que não existia antes e da resposta imediata e ousada aos desafios gerados pela crise internacional (VISENTINI, 2004). A assertividade quase agressiva do Pragmatismo Responsável e Ecumênico era baseada em uma infraestrutura econômica que sustentava o discurso e a prática diplomática.

Um dos esteios do Pragmatismo Responsável e Ecumênico do governo Geisel residiu nas exportações de produtos da indústria de defesa para a África e o Oriente Médio. O estágio em que se encontrava o parque industrial brasileiro permitia a execução de produções em quantidades menores e nas condições adequadas às necessidades africanas e a preços satisfatórios, o que não ocorre normalmente nos sistemas produtivos das nações industrializadas. Dessa forma, graças à inserção do Brasil na África e no Oriente Médio, mediante vendas de equipamentos, gerando crescentes superávits para a balança comercial brasileira, que se pode praticar uma política externa mais assertiva.

Nesse sentido, Visentini (2004) salienta que a questão colonial africana e as exportações bélicas para o Oriente Médio foram vistas como desdobramentos inevitáveis da projeção de uma potência média, que buscava dar vazão às suas potencialidades econômicas, políticas e diplomático-militares.

Segundo Castro (1981), em 1976 o Brasil já possuía o comércio global com 46 países africanos. Neste ano, a Argélia foi o maior comprador de produtos brasileiros da área do Maghreb, enquanto a Líbia, rica em petróleo, foi o principal abastecedor. A República da África do Sul foi o país que comprou maior variedade de produtos brasileiros (CASTRO, 1981). Visentini (2004), por sua vez, enfatiza o aumento da expansão do comércio bilateral entre o Brasil e a Líbia, já que este país tinha interesse na compra de novos carros de combate fabricados pela indústria nacional brasileira. Ainda no ano de 1976, o governo líbio adquiriu no Brasil 400 unidades de carros de combate Urutu, fabricados pela Engesa

(Engenheiros Especializados S.A.¹) (VISENTINI, 2004). De acordo com Bastos Jr (2012), trata-se de um dos veículos mais conhecidos fabricados pela indústria de defesa nacional, graças à sua simplicidade e facilidade de manutenção, razão pela qual ainda opera em diversos países, dentre os quais salientam-se Emirados Árabes Unidos, Gabão, Jordânia, Tunísia, Zimbábue e no próprio Brasil². Na MINUSTAH, o referido carro de combate foi utilizado pelos contingentes da Jordânia e do Brasil (BASTOS, 2012).

As exportações para a África, sobretudo aos países do Maghreb, foram além dos carros de combate e contribuíram, incluindo o comércio de aviões militares e de armamentos. Visentini (2004) destaca que, em troca do fornecimento de petróleo, houve aquisições de produtos da EMBRAER e da Imbel por países do Oriente Médio. Tais negociações incluíam, ainda, negociações bilaterais com Argélia, Egito e Líbia (VISENTINI, 2004).

O aumento das exportações bélicas brasileiras ensejou um ciclo virtuoso em favor não apenas da indústria de defesa nacional, mas principalmente da política externa brasileira. Destarte, Visentini (2004) salienta que na década de 1970, o Brasil produziu 80% do seu material bélico, importando os 20% restantes de diferentes países com mínima participação americana. Nesse sentido, pode-se afirmar que a postura assertiva da diplomacia brasileira somente pôde ser adotada porque havia sólidos elementos de *hard-power*³ na indústria de defesa nacional, o que permitia ao Estado brasileiro exercer maior capacidade de influência e de atração sobre os países da África.

Sobre esse aspecto, Farias (2018) ressalta que, na década de 1990, a utilização de equipamentos fabricados ou montados no Brasil foi um aspecto comum às missões de paz em que o país desdobrou capacetes azuis em Angola e em Moçambique. Em tais países, foram empregados carros de combate Urutu, fabricados pela Engesa, fuzis fabricados pela Imbel e munições da Companhia Brasileira de Cartuchos, em uma missão sob a égide das Nações Unidas, permitindo-se afirmar que elementos de *hard-power*⁴ contribuíram para que o Brasil contribuísse para a consolidação da paz⁵ no continente africano.

Referente à capacidade do Brasil de exercer influência na África, Castro (1981) afirma que a implementação do “ciclo africano” continuou em julho de 1980 com a viagem do Chanceler Saraiva Guerreiro a 5 países da chamada área socialista — Tanzânia,

1 A empresa era a maior exportadora de produtos militares no Brasil até o começo da década de 1990 e acabou indo à falência em 1993 (ANDRADE, 2016).

2 O Urutu também operando na Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Suriname, Tunísia e Venezuela (BASTOS, 2012)

3 O *hard power* refere-se ao uso de meios militares e econômicos para coagir ou influenciar o comportamento e interesses de outra entidade política (NYE, 2011). O autor também salienta que, ao elevar seu poderio militar e econômico, um Estado terá maior poder de influência e de atração (*soft power*)

4 Idem.

5 Farias e Perla (2019), ao analisarem a combinação de *hard* e de *soft power* pelo contingente brasileiro no Haiti, concluem que o poder duro foi manifestado mediante o uso da força militar e da expressão econômica, ainda que não tão notória quanto a das tropas, por meio da participação de empresas brasileiras na missão. Ao mesmo tempo, o *Soft Power* foi presenciado nas operações de ajuda humanitária ao Haiti após as catástrofes naturais, assim como nos trabalhos de reconstrução do Haiti e no apoio financeiro do Brasil. A participação do Brasil na MINUSTAH, contando sempre com os elementos da “cultura brasileira de missões de paz”, vicejou um arranjo inteligente do poder duro e do poder brando, tornando o “jeito brasileiro de manter a paz” uma manifestação de Smart Power (FARIAS e PERLA, 2019).

Moçambique, Zimbabwe, Zâmbia e Angola, abrindo caminho seguro para um comércio privilegiado sob a tutela do Estado. Prosseguindo neste ciclo virtuoso em que havia um alinhamento entre o Itamaraty e a indústria de defesa nacional, em 1983, a Embraer vendeu 120 aviões tucano ao Egito- para montagem em território egípcio- por 181 milhões de dólares (VISENTINI, 2004). O autor ressalta também que o contrato com o Egito previa para a produção de Tucanos sob licença da Embraer.

Em 1984, a indústria bélica nacional bateu o recorde de exportação, vendendo cerca de 1,2 bilhão de dólares em armamentos. O Brasil buscou estreitar ou estabelecer vínculos com o Terceiro Mundo e com o mundo socialista. Assim, a verticalidade Norte-Sul passou a coexistir com a horizontalidade Sul-Sul e a diagonal Sul-Leste (VISENTINI, 2004).

O desenvolvimento da indústria bélica norteou boa parte da política externa brasileira durante o regime militar. A capacidade industrial instalada possibilitou adotar uma agressiva estratégia comercial, que destinava 95% de sua produção bélica ao mercado externo. Em 1984, a indústria de defesa era uma das principais vedetes da política brasileira para a geração de crescentes superávits comerciais (AMARANTE, 2012; LESKE, 2013).

A prioridade acordada à indústria bélica nacional foi um dos eixos da política governamental durante o regime militar. O presidente Figueiredo sancionou, em junho de 1982, a lei que criava a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), vinculada ao Ministério da Marinha e sediada no Rio de Janeiro. A Emgepron completava, ao lado da Imbel e da Embraer, o tripé do nascente complexo industrial-militar brasileiro (VISENTINI, 2004; AMARANTE, 2012). No âmbito do segmento privado, estavam a Engesa e a Avibrás Indústria Aeroespacial S/A (cujo produto principal foram veículos lançadores de foguetes), o que possibilitou que, em 1984, a indústria bélica nacional batesse o recorde de exportação, vendendo cerca de 1,2 bilhão de dólares em armamentos (VISENTINI, 2004).

Ainda com relação aos governos militares, foi neste período em que houve maior fomento aos centros de pesquisa, como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) – criado em 1941, no governo Vargas – e ao Instituto Militar de Engenharia (IME), organização militar do Exército Brasileiro. Igualmente, o início do Programa Nuclear brasileiro no Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) criou condições para a produção de energia a partir de minerais físséis e, posteriormente, para o projeto do submarino nuclear da MB (FARIAS, 2018).

O desenvolvimentismo do período dos Governos Militares (1964-1985) prosseguiu no governo de José Sarney e as exportações de materiais bélicos da indústria nacional de defesa foram ampliadas. De acordo com Pereira (2010), o Brasil assinou em 1986 um contrato no valor de 150 milhões de dólares com Angola para a venda de caminhões militares fabricados pela Engesa. Era a primeira vez que o Brasil negociava equipamentos bélicos com este país (PEREIRA, 2010). Na década de 1980, a Engesa fabricou o protótipo do carro de combate Osório, o melhor blindado do mundo à época, superando os rivais Abrams dos EUA, Challenger do Reino Unido e Renault da França (PEREIRA, 2010).

A política externa do regime militar pôde ter independência a nível mundial graças

às expressões econômica, militar e científico-tecnológica do seu poder nacional. Nesse sentido, é lícito afirmar que o Brasil conseguiu dispor de uma base de recursos suficientes para enfrentar e superar as dificuldades que lhe eram impostas com seus próprios meios (SILVA, 2012). Dessa forma, as expressões econômica, militar e científico-tecnológica do poder nacional brasileiro deram o lastro para que a Política Externa Independente (PEI) tivesse um grau de autonomia maior do que o que fora concebido, permitindo ao Brasil a inserção na África e no Oriente Médio de forma segura.

A política externa do Regime Militar, num sentido mais amplo, encontra-se associada à noção de Projeto Nacional, que buscava elevar a posição do Brasil no cenário internacional através da industrialização do país e de sua transformação numa potência média. Isso permitiu ao Brasil tornar-se o único país ao sul do Equador a possuir um parque industrial completo e moderno, posicionando-se entre as dez maiores economias do mundo (VISENTINI, 2004).

Trata-se de um período *sui generis* da política externa brasileira em que houve alinhamento entre o Itamaraty, as Forças Armadas e a Indústria de Defesa, em uma sinergia de esforços que vicejaram uma política externa autônoma. O arcabouço teórico que viria a exercer uma contribuição decisiva para este processo reside nas publicações da “Geopolítica Brasileira”, a partir do fim da década de 1940.

Os geopolíticos brasileiros ressaltaram a importância da África para o Brasil, o que viria a ser publicado pela PND, END e LBDN. O entorno estratégico do Brasil, definido por tais diplomas legais, tem seu arcabouço teórico baseado nos círculos concêntricos de Golbery do Couto e Silva.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho destinou-se a analisar as contribuições da indústria de defesa do Brasil para a inserção no continente africano, a partir dos pressupostos teóricos estabelecidos pela escola brasileira de geopolítica. Em uma época na qual o meio acadêmico tem resgatado os estudos de geopolíticos do Brasil, este artigo também tenciona se inserir neste esforço.

Carlos de Meira Mattos, Golbery do Couto e Silva e Therezinha de Castro, geopolíticos brasileiros nos quais se baseou o presente estudo, conceberam o arcabouço teórico que viria a nortear a política externa do Brasil, ainda que de forma tímida, a partir do final da década de 1950 e com vigor a partir do presidente Emílio Médici. Ademais, o conceito do entorno estratégico brasileiro, apresentado na Política e Estratégia de Defesa Nacional, assim como no Livro Branco reside exatamente nos estudos elaborados por aqueles geopolíticos.

No que concerne ao entorno estratégico brasileiro, Hamann (2016) enfatiza que o desdobramento de capacetes azuis antes da MINUSTAH ocorreu em países do entorno

estratégico brasileiro e/ou com ligações históricas com o Brasil, como ocorrera em Angola e em Moçambique. Em tais missões, houve o envio de equipamentos fabricados em território nacional, dentre estes equipamentos, boa parte deles já comercializados para outros países africanos, como os blindados Urutu e Cascavel, e caminhões militarizados (FARIAS, 2018).

A cooperação com o continente africano ocorreu em diversas áreas, nos campos econômico, social, cultural, político, educacional, de saúde e militar. Entretanto, no âmbito da diplomacia dos governos militares o que mais sobressaiu foram as vendas de equipamentos militares, em uma época em que o Brasil produzia mais de 70% do seu material bélico, o que também permitiu uma inserção no Oriente Médio, vicejando as cooperações Sul-Sul e na diagonal Sul-Leste. Isso contribuiu para uma política externa mais assertiva, sobretudo em uma época na qual o Brasil sofria grandes pressões diplomáticas norte-americanas sob Jimmy Carter.

Alsina jr (2003) ressalta que o Brasil é um país que ainda está muito distante de romper o limiar que o separa dos países desenvolvidos. Entretanto, é difícil imaginar como esse limiar possa ser um dia rompido sem que o País conte com um aparato de defesa condizente com a posição almejada. O autor salientou, ainda, que todos os caminhos apontam, portanto, para a necessidade de reconsiderar urgentemente a interface entre a política externa e a política de defesa nacionais.

Por fim, a retomada dos estudos da geopolítica brasileira é um passo importante para trazer à luz contribuições que ensejaram um dos maiores ciclos virtuosos da diplomacia brasileira. Contudo, mais do que o arcabouço teórico é uma necessidade premente a continuidade das ações que permitiram a retomada da indústria de defesa nacional, fomentada pela PND e pela END. É por meio desse caminho que se permitirá ao Brasil reunir maiores condições para se tornar um ator de peso no concerto das nações, capaz de influenciar na agenda internacional, como ocorrera com a política externa assertiva dos governos militares.

REFERÊNCIAS

ALSINA JR, J. P. S. A síntese imperfeita: articulação entre a política externa e a política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, p. 53-86, 2003.

AMARANTE, J. C. A. D. **A Base Industrial de Defesa Brasileira**. Texto para discussão 1758. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea, 2012. 45 p.

ANDRADE, I. D. O. Base Industrial de Defesa: contextualização histórica, conjuntura atual e perspectivas futuras. In: ABDI-IPEA **Mapeamento da Base Industrial de Defesa**. Brasília: [s.n.], 2016. p. 11-29.

BASTOS, E. C. S. **Blindados no Haiti - MINUSTAH: Uma experiência real**. Juiz de Fora: UFJF/Defesa, 2012. 106 p.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: [s.n.], 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: [s.n.], 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: [s.n.], 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.

CASTRO, T. D. **África: Geohistória, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. 5. ed. Brasília: Unb, 2015. 595 p.

COUTO E SILVA, G. D. **Geopolítica e poder**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003. 634 p.

FARIAS, R. **Logística do contingente brasileiro na MINUSTAH: contribuições para a Base Industrial de Defesa**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado): Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2018. 160 p.

FARIAS, R.; PERLA, R. M. Capacetes Azuis brasileiros no Haiti: instrumento de de smart power para a política externa do Brasil? **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, jan./jun 2019. 79-108.

FERREIRA DA SILVA, P. **A política industrial de defesa no Brasil (1999-2014): intersetorialidade e dinâmica de seus principais atores**. Orientador Rafael Antônio Duarte Villa. Tese (Doutorado) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo: [s.n.], 2015. 448 p.

FREITAS, J. M. D. C. **A escola geopolítica brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. 135 p.

HAMANN, E. P. A Força de uma Trajetória: O Brasil e as Operações da ONU (1947-2015). **Military Review**, Forte Leavenworth, p. 47-62, Julho/Setembro 2016.

LESKE, A. D. C. **Inovação e Políticas na Indústria de Defesa Brasileira**. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. 197 p.

L'HISTOIRE. L'Afrique-Équatoriale française, base de la France Libre. **L'Histoire**, 2018. Disponível em: <<https://www.lhistoire.fr/carte/afrique-%C3%A9quatoriale-fran%C3%A7aise-base-de-la-france-libre>>. Acesso em: 2 Fevereiro 2021.

MATTOS, C. D. M. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: FGV, v. I, 2011. 316 p.

NYE, J. S. **The Future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011. 245 p.

PEREIRA, A. D. **Relações exteriores do Brasil III (1964-1990): do Regime Militar à "Nova República"**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Coleção Relações Internacionais).

SILVA, F. J. S. S. O poder militar brasileiro como instrumento de política externa. In: SILVA FILHO, E. B.; MORAES, R. F. (.). **Defesa Nacional para o século XXI**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

THE MILITARY BALANCE. **The Military Balance - The annual assessment of global military capabilities and defence economics**. London: International Institute for Strategic Studies, 2017.

VISENTINI, P. G. F. **A Política Exterior do Regime Militar Brasileiro**. Porto Alegre: Ufrgs, 2004. 412 p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 30, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94

Agricultura familiar 134, 137, 139, 146

Alasdair Macintyre 108

América Latina 16, 24, 29, 30, 31, 74, 81, 83, 88, 103, 106, 107, 138, 148, 165

B

Barbárie 1, 4, 6, 7, 10, 11, 13, 14

Brasil 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 40, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 107, 121, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 178, 179

C

Capitalismo 13, 20, 21, 22, 24, 105, 135, 154, 164, 166, 167, 168, 170, 173, 174, 175, 179, 180

Celso Furtado 15, 21, 154

Cidadania 1, 7, 8, 9, 35, 36, 37, 39, 40, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 148, 175, 181

Cidadania ambiental 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Colonialismo 6, 84, 104

Comissão Pastoral da Terra (CPT) 148, 149, 150, 159

Comunitarismo 61, 62, 68, 108

Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) 73, 74, 78, 80

Cosmopolitismo 51, 62, 63, 64

Crise estrutural 2, 6, 11, 135

Czeslaw Milosz 1, 2

D

Democracia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 49, 57, 72, 75, 80, 81, 96, 122, 128, 129, 130, 131, 132, 169, 171, 173, 174, 175, 178, 181

Desemprego 3, 11, 15, 20, 21, 135, 144, 177

Desenvolvimento 6, 11, 15, 17, 18, 20, 21, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 63, 67, 75, 85, 88, 91, 99, 101, 129, 131, 134, 135, 136, 139, 140, 142, 143, 146, 151, 165, 166, 172, 181

Direitos humanos 1, 35, 36, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 54, 58, 64, 65, 66, 68, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 123, 150, 151, 165, 181

Disfaçia 166, 169, 175, 177, 178

E

Educação 1, 14, 21, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 169, 176, 178, 181

Emancipação 1, 4, 6

Estado 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 90, 91, 94, 96, 97, 99, 102, 109, 111, 116, 117, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 140, 142, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181

F

Fundo eleitoral 166, 169, 172, 173, 175, 176, 179

G

Geopolítica 82, 83, 85, 86, 92, 93, 94, 104

Globalização 4, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 60, 65, 138

H

Hannah Arendt 1, 12

I

Indústria de defesa nacional 82, 90, 91, 93

Insegurança alimentar 134, 136, 138, 139, 141, 143, 144, 145

J

Judith Butler 1

Justiça de transição 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81

K

Karl Marx 134, 135, 142

Karl Polanyi 134, 135, 139, 140, 143, 144, 145

L

Liberalismo 51, 56, 57, 68, 110, 124, 125, 166, 174

M

Mercado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 45, 46, 66, 88, 91, 101, 118, 134,

138, 139, 140, 143, 144, 145, 157, 163, 168, 173, 174, 178

Modernidade 3, 4, 5, 10, 36, 70, 104, 105, 106

Mudança climática 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Mundialização 15, 19, 21, 22

N

Necropolítica 7, 12, 14

Norberto Bobbio 23, 26, 27, 28, 34

P

Partidos políticos 3, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 153, 154, 166

Poder 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 32, 38, 39, 43, 53, 62, 79, 85, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 97, 101, 103, 104, 105, 107, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 144, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 162, 163, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 178, 181

Políticas públicas 42, 56, 132, 134, 137, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 155, 157, 158, 161, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181

R

Recessão 15, 20

Representação política 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 131, 132

Robert Kurz 1, 2, 3

S

Sistema partidário 121, 132

Soberania 5, 6, 7, 22, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 49, 56, 60, 62, 126

T

Teoria crítica 1

Teoria do valor 1, 3

Totalitarismos 1, 32

Trabalho 3, 4, 5, 7, 10, 15, 16, 35, 36, 51, 57, 66, 68, 74, 76, 77, 82, 83, 87, 92, 99, 105, 108, 121, 125, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 151, 159, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 175, 177

Tuvalu 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

V

Violências 9

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br




Ano 2021

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

 www.arenaeditora.com.br

 contato@arenaeditora.com.br

 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)

 www.facebook.com/arenaeditora.com.br




Ano 2021